Ano VII - Nº 3.887

Terça-feira, 17 de Julho de 2012

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO



Foto: Maíra do Amaral

Comunidade não aceita mudança da denominação do bairro 2 de Julho

A alteração do nome e a falta de consulta popular indignaram os moradores

Organizada pela vereadora Marta Rodrigues (PT), presidente da Comissão de Reparação da Câmara Municipal de Salvador, em parceria com a deputada Maria del Carmen (PT), coordenadora da Subcomissão Especial de Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa, a audiência pública foi precedida de uma visita ao bairro.

Leia mais na página 3

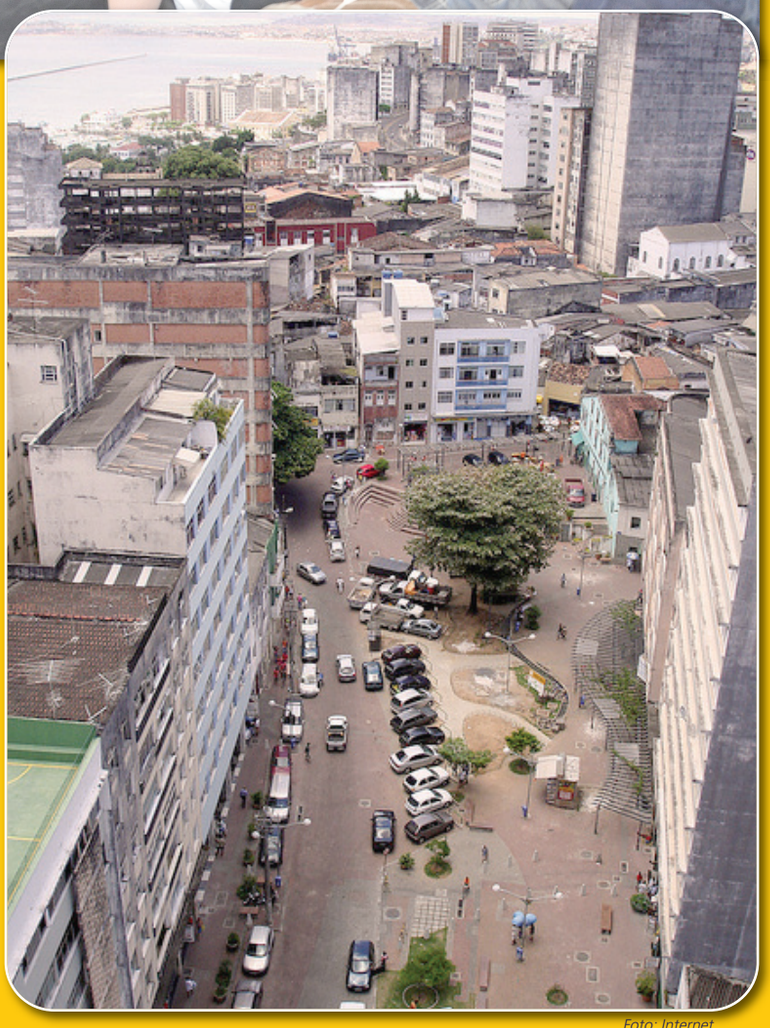


Foto: Internet

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Pedro Godinho
pedrogodinho@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Paulo Magalhães Jr.
pmjunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Moisés Rocha
moisesrocha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Alcindo da Anunciação
alcindoanunciacao@cms.ba.gov.br

Ouvidora Geral:
Olívia Santana
oliviasantana@cms.ba.gov.br

Assessoria de Comunicação

Assessor Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001
BUREAU VERITAS Certification

Programa da Câmara orienta servidores aposentáveis

Dúvidas foram esclarecidas em mesa redonda que tratou sobre abono de permanência

Compartilhar a ideia da aposentadoria como uma nova fase de realizações e orientar os servidores aposentáveis da Câmara Municipal de Salvador para esse momento de suas vidas, com informações sobre a legislação previdenciária, foram os objetivos da mesa redonda promovida pelo Programa de Orientação Pós-Carreira (POPC), na manhã de sexta-feira (13). O encontro, realizado no auditório do Edifício Bahia Center, e promovido pelo Setor de Treinamento e Assistência Social/Coordenação de Recursos Humanos (Setas/CRH), contou com especialistas nas áreas jurídica e previdenciária, além do pronunciamento de diversos servidores, que tiraram suas dúvidas sobre o processo de aposentadoria.

A subgerente da Previdência do Previs, Alcir Nascimento, explicou sobre o abono de permanência, tema de grande interesse entre os aposentáveis da Câmara, que se refere ao pagamento de bônus ao servidor que tenha alcançado as condições para a aposentadoria voluntária e decida permanecer na ativa até a compulsória. Alcir apresentou os artigos da Constituição Federal, alterada pela Emenda Constitucional nº 41 de 2003, que versam sobre o tema. Também recomendou que os servidores nesta situação ingressem com pedido de aposentadoria pouco antes de completarem 70 anos, com antecedência de uma semana, por exemplo.

Para aqueles que se aposentarão proporcionalmente por idade, Alcir Nascimento sugeriu que trabalhem até completarem a idade de 70 anos, quando serão obrigados a interromper suas atividades. "Quanto mais trabalhar, neste caso, melhor será a proporção", disse.

Questões pontuais, como a incidência do imposto de renda sobre o abono de permanência, foram respondidas pela consultora jurídica da Casa, Catarina Queiroz. Na mediação dos debates, estava a assistente social da CRH, Rita Gomes. Dúvidas também foram esclarecidas pela coordenadora de RH, Jucimary Lobo.

Ao longo do encontro, os servidores participaram de dinâmicas, orientadas por Leila Machado, do Setas.

Foto: Rodrigo Soares



Servidores reunidos em encontro promovido pela CRH

Projeto Biblioteca Amiga

Programação tem início nesta quinta-feira, às 14h, no Centro de Cultura

Uma série de atividades culturais na biblioteca do Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador marca a abertura do Projeto Biblioteca Amiga, na quinta-feira (19). A programação tem início às 14h e conta com a participação da Escola Vinícius de Moraes e apoio da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, do Fórum dos Pontos de Cultura da Bahia e Condomínio Empreendedor Cultural.

O roteiro completo do projeto inclui: acolhimento dos participantes, apresentação da iniciativa, narrativa de histórias, recital de poesias, palestra educativa, clube de leitura, teatro na biblioteca e encerramento com o lanche.

Criado em maio, o projeto Biblioteca Amiga busca, através das atividades culturais e educativas, desenvolver o prazer da leitura possibilitando a divulgação com diferentes linguagens, formas de comunicação, além de promover o exercício do diálogo e da expressão verbal.

Para a responsável pela biblioteca do Centro de Cultura e autora do Projeto Biblioteca Amiga, a bibliotecária Silvana Jacobina, as atividades de ação cultural são serviços essenciais na biblioteca pública.

"São de primordial importância para a promoção da leitura e possibilitam a familiarização com a leitura e contribuem para a promoção de inclusão social através do estímulo à construção do conhecimento e acesso à informação", afirmou Silvana Jacobina.

"Nosso bairro é 2 de Julho"

Comunidade explicitou na Câmara que é contra mudança para Santa Tereza

Convocada com o objetivo de identificar impactos e medidas de salvaguarda para a população do bairro do 2 de Julho, assustada com o projeto de mudança para Santa Tereza, a audiência pública conjunta da Câmara Municipal e Assembleia Legislativa, na noite de quinta-feira (12), foi um termômetro da insatisfação reinante na comunidade. "Meu bairro é 2 de Julho", repetiram em coro quando a equipe técnica da Fundação Mário Leal Ferreira, ligada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente (Sedham) apresentou o que chamou de "um embrião" do projeto "Santa Tereza – humanização do bairro".

Fotos: Maíra do Amaral



Moradores do bairro defendem manutenção do 2 de Julho



Moradores do bairro defendem manutenção do 2 de Julho

Durante a exposição, moradores e frequentadores, que lotaram o auditório do Centro Cultural da Câmara, protestaram também contra o termo "humanização" e defenderam a melhoria dos serviços públicos, mas com a preservação da identidade do bairro, famoso pelo comércio informal. Eles questionaram, além da mudança do nome, a falta de consulta popular, de estudo de impacto de vizinhança e de adequação ao Estatuto das Cidades.

Organizada pela vereadora Marta Rodrigues (PT), presidente da Comissão de Reparação, em parceria com a deputada Maria del Carmen (PT), coordenadora da Subcomissão Especial de Desenvolvimento Urbano da AL, a audiência pública foi precedida de uma visita ao bairro, com a presença do relator nacional do Direito Humano à Cidade, da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, Leandro Franklin Gorsdorf. A entidade é uma articulação nacional de 36 movimentos e organizações da sociedade civil. A atividade contou, ainda, com apoio da Sociedade Brasileira de Urbanismo e do Movimento Desocupa.

Protagonista

No final do debate, o relator apresentou uma radiografia preliminar, mas contundente, antecipando alguns pontos que constarão do relatório final, que deverá ser apresentado em 30 dias. Segundo Gorsdorf, o projeto ignora as diretrizes da legislação, como PDDU e Estatuto da Cidade, bem como os direitos da população. Ele sugeriu a formação de uma comissão de acompanhamento das ações do projeto e que o mesmo seja apresentado no bairro e não, como foi, na Associação Comercial. "A população local não pode ser esquecida, é protagonista neste processo", defendeu.

Entre as preocupações da comunidade, apontou a ameaça de retirada dos moradores para dar lugar a empreendimentos de luxo. "Eles só deverão sair se quiserem, frisou o relator. A procuradora Hortênsia Pinho, do Ministério Público, deixou claro que os encaminhamentos da audiência servirão de base para processo que o órgão abrirá com o objetivo de apurar os trâmites seguidos pelo projeto.

Urbanista, Laila Mourad disse não ter dúvidas de que os processos de sucateamento e especulação imobiliária foram iniciados há alguns anos, com o objetivo de desvalorizar e esvaziar o bairro para entregá-lo à iniciativa privada. Ivana Chastinet, moradora do bairro, fez questão de tratar o projeto como sendo de um "shopping center". E explicou: "O que querem fazer não é um bairro, porque bairro tem vida".

Historiadora e moradora do 2 de Julho, Wlamira Albuquerque foi categórica: "Não queremos ser coadjuvantes desse processo". Coordenador do Movimento Desocupa, o arquiteto Ícaro Vilaça, freqüentador assíduo do bairro, protestou: "A prova de que o projeto é comercial é que antes de ser discutido com a comunidade foi apresentado aos empresários, na Associação Comercial, e na Espanha".

Participaram da mesa, ainda, Ubiratan Castro, representando o governo estadual; Socorro Fialho, da Sedur; Beatriz Lima, do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador; a defensora pública Melina Teixeira; Maria Carmen, presidente da Associação de Moradores, e Cassilda Póvoas, moradora.

II Encontro de Gestores

Avaliação de desempenho e gestão de novos servidores foram abordados no evento

Gestores de diversos setores da Câmara Municipal de Salvador e alguns de seus representantes participaram na tarde de quinta-feira (12), no auditório do Edifício Bahia Center, do II Encontro de Gestores promovido pela Casa Legislativa. O evento teve como objetivo debater a gestão de pessoas com ênfase nos novos servidores que ingressaram via concurso público, a Lei de Acesso à Informação (Lei federal nº 12.527/2011) e a avaliação de desempenho por competência.

A importância do trabalho do gestor, como agente de transformação e líder, foi ressaltada por Rita Gomes, do Setor de Treinamento e Assistência Social - Coordenação de Recursos Humanos (Setas/CRH). Ter responsabilidade social, ser solidário, estar aberto à comunicação e dar feedbacks aos servidores do setor sob sua gestão foram algumas das qualidades apontadas como imprescindíveis ao trabalho diário.



Foto: Maíra do Amaral

Jucimary Lobo explicou tópicos do formulário de avaliação de desempenho

A avaliação de desempenho por competência mereceu atenção especial com as explicações do coordenador do Setor de Expediente, Paulo Araújo, e da coordenadora de Recursos Humanos, Jucimary Lobo. Eles reforçaram a necessidade de comprometimento e seriedade dos gestores no preenchimento de formulário no qual devem analisar a atuação dos servidores no período de um ano.

Em sua apresentação, Paulo Araújo esclareceu que a avaliação de desempenho permite analisar situações e problemas relativos ao trabalho, estabelecer objetivos e elevar a motivação do servidor, buscando maior eficácia. Ainda, enfatizou que tal sistema de avaliação promove a discussão entre gestores e equipe, além de propiciar benefícios tanto para o gestor-avaliador quanto para o avaliado. Na exposição sobre o tema, Paulo também falou sobre a necessidade da crítica construtiva e as melhores maneiras de praticá-la.

Para acompanhar todo o processo, foi criada uma comissão formada por representantes das diretorias Financeira, Administrativa e Legislativa, e da Controladoria, com suporte técnico da Coordenação de Recursos Humanos. Como afirmou Jucimary Lobo, "o objetivo da avaliação é identificar deficiências para melhorar competências" e, assim, melhorar a qualidade do serviço.

A coordenadora de RH explicou os itens constantes no formulário de avaliação de desempenho, que deve ser respondido pelos gestores. Dentre os tópicos acerca do trabalho do servidor avaliado estão disciplina, atendimento ao público, iniciativa e comprometimento, trabalho em equipe/cooperação, solução de problemas e domínio de informática. Jucimary acenou para a realização em breve de um curso de formação de gestores sobre avaliação de desempenho. Os gestores presentes participaram ativamente do encontro, discutindo os assuntos abordados pelos facilitadores.

Câmara empossa mais seis aprovados no concurso

Vinte e oito servidores já foram nomeados pelo Legislativo Municipal

Mais seis servidores aprovados no concurso público realizado pela Câmara Municipal de Salvador em 2011 foram empossados na manhã de segunda-feira (16), em cerimônia realizada no Edifício Sulamérica, anexo da Casa Legislativa. Com a cerimônia de posse realizada pela manhã, 28 servidores já foram nomeados pelo Legislativo Municipal de Salvador.

A coordenadora de Recursos Humanos, Jucimary Lobo, leu o termo que empossou Isis Rodrigues Montenegro Martins, Juciene Alves Pereira e Rafael de Aguiar Mota Império para o cargo de assistente legislativo municipal, além de Bruno Santos Gonçalves da Silva, Jaqueline Grace Cardoso Carneiro e Katiane da Silva Souza que ocupam o cargo de analista legislativo municipal.

Os novos servidores receberam as boas vindas e as primeiras instruções dos funcionários de carreira da Casa. "Espero que cheguem dispostos para contribuir com o bom funcionamento da Câmara Municipal de Salvador", afirmou Jucimary Lobo.

Concurso

Depois de 24 anos, o concurso público aplicado pela AOCP vai preencher, no total, 117 vagas, sendo 50 para cargo de assistente legislativo municipal (nível médio) e outras 67 para analista legislativo e consultor jurídico (nível superior). A remuneração inicial é de R$1.368,95 (assistente legislativo) e de R$2.157,29 (analista e consultor), com jornada de trabalho de 40 horas.



Novos funcionários da Casa

Foto: Rodrigo Soares

Os aprovados, que ainda não foram chamados, deverão aguardar a convocação oficial, através de carta registrada entregue em domicílio, para a apresentação dos documentos exigidos conforme o edital.

Após a apresentação dos documentos, os futuros servidores serão submetidos a exames médicos e psicológicos com a emissão de atestado de aptidão para nomeação. Os aprovados para cadastro de reserva (208 vagas) serão convocados de acordo com a necessidade da instituição.

Foram registradas mais de 50 mil inscrições para o concurso público da Câmara Municipal de Salvador.

Segunda audiência da LDO

O evento vai ser no Centro de Cultura da Câmara, quinta-feira, às 19 horas

Fotos: Valdemiro Lopes



Sandoval Guimarães, presidente da Comissão de Finanças

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara Municipal de Salvador realizará a segunda audiência da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2013 na próxima quinta-feira, 19 de julho, às 19 horas. Estarão presentes representantes de quatro Sistemas Integrados de Atendimento Regional - Sigas VI (Barra), VII (Rio Vermelho), VIII (Pituba) e IX (Boca do Rio).

O ciclo de debates começou no dia 7 de julho, quando reuniu no Centro de Cultura do Legislativo Municipal representantes de cinco Sigas: Centro, Itapagipe, São Caetano, Liberdade e Brotas.

O encontro, que ocorre anualmente, permite que moradores e líderes comunitários conheçam a proposta da LDO para o ano seguinte, exponham suas ideias e demandas dos bairros. O presidente da Comissão de Finanças, vereador Sandoval Guimarães (PMDB), informa que sugestões de emendas à LDO já podem ser apresentadas. O prazo se encerra no dia 27 de julho.

Além desta quinta-feira, mais três audiências serão promovidas ao longo do mês, nos dias 21, 23 e 26 de julho, contemplando os demais Sigas. A previsão é de que o parecer da Comissão sobre a LDO seja publicado em 2 de agosto.



Confira a programação:

Data: 07/07
Local: Centro de Cultura da Câmara
Horário: 9h
Sigas I (Centro), II (Itapagipe), III (São Caetano), IV (Liberdade) e V (Brotas)

Data: 19/07
Local: Centro de Cultura da Câmara
Horário: 19h
Sigas VI (Barra), VII (Rio Vermelho), VIII (Pituba) e IX (Boca do Rio)

Data: 21/07
Local: Ilhas
Horário: 9h
Siga XVIII (Ilhas)

Data: 23/07
Local: Centro de Cultura da Câmara
Horário: 19h
Sigas X (Itapuã), XI (Cabula), XII (Tancredo Neves), XIII (Pau da Lima)

Data: 26/07
Local: Centro de Cultura da Câmara
Horário: 19h
Sigas XIV (Cajazeiras), XV (Ipitanga), XVI (Valéria), XVII (Subúrbio)

CÂMARA MUNICIPAL

37ª SESSÃO ORDINÁRIA
4º PERÍODO LEGISLATIVO
16ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 18 DE JULHO DE 2012 - 14:30 HORAS.

Leitura, Discussão, Votação Ata (2º secretário)
Leitura Expediente (1º secretário)

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS, com base na Lei Federal nº 10.520/02 torna público para conhecimento dos interessados a realização da seguinte licitação:

MODALIDADE	TIPO	OBJETO	RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES
Pregão Presencial Nº. 13/2012	Menor Preço	Serviços de treinamento em informática (MS EXCEL BÁSICO, MS EXCEL AVANÇADO, e MS COREL DRAW), para 72 (setenta e dois) servidores desta CMS.	30/07/2012 às 14h30min horas na sala 605, localizada no Edifício Sul América, nº 02, Travessa D'Ajuda, Centro, nesta Capital.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO: Designada pela Portaria nº. 09/2011.

Os interessados poderão obter, gratuitamente, o edital completo na sala da Comissão Permanente de Licitação/ COMPEL, situada no Ed. Sul América nº. 02 - 6º andar, sala 605, Travessa D'Ajuda, durante o horário de expediente, ou via e-mail: antonio.barros@cms.ba.gov.br a partir do dia 17/07/2012, através de representante credenciado. Informações adicionais poderão ser obtidas pelo telefone (71) 3320-0421 ou através do fax (71) 3320-0422. Salvador, 16 de julho de 2012.

WANETE SANTOS DE CARVALHO
Diretor Administrativo

EXPEDIENTE DA DIRAD

RESUMO DE ADITIVO

SEXTO ADITIVO AO CONTRATO CMS nº. 020/2008

PROCESSO DE ORIGEM	CMS nº. 0387/2008
LOCATÁRIA	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
LOCADOR (A)	ASP PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
OBJETO	Restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.
PRAZO	12 (doze) meses, contados a partir de 02/04/2012.
BASE LEGAL	Art. 65 II "d" da Lei Federal nº 8.666/93 e Parecer da Procuradoria Jurídica desta CMS.
VALOR MENSAL	R$ 6.080,00 (Seis mil e oitenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.031.038.2001 – 3.3.90.39.000
DATA DE ASSINATURA	29/06/2012
ASSINAM	Pedro Godinho – CMS Adelmo de Souza Prado – Contratada
TESTEMUNHAS	Viviane Oliveira Damaceno Tiale Braga Almeida

Câmara recebe CPMI da violência contra mulher

Bahia está entre estados com maior número de ocorrências



A precariedade na infraestrutura dos órgãos que atendem a mulher vítima de violência na Bahia foi um dos pontos centrais debatidos na audiência pública da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra Mulher, realizada na sexta-feira (13), no auditório do Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador. Instalada em fevereiro, a CPMI está percorrendo os estados com índices mais altos para elaborar um relatório, que direcionará o enfrentamento do tema. A Bahia é o oitavo estado a ser visitado. As vereadoras Marta Rodrigues e Vânia Galvão, do PT; e Aladilce Souza (PCdoB) prestigiaram o evento.

A CPMI tem a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

A deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), presidente da CPMI, afirmou que, embora a Bahia seja o oitavo em número de homicídios no país, o estado é o segundo em denúncias que chegam à Central de Atendimento à Mulher (180), totalizando 53 mil registros de ocorrências em 2011. "Isso evidencia que as mulheres baianas estão perdendo o medo de denunciar. Outro aspecto característico da Bahia é a crueldade dos homicídios. Em geral, as mulheres são atingidas na face e na genitália", constatou.

Acerca dos órgãos que prestam serviços às vítimas, Jô Moraes percebeu a necessidade de mais investimento. "Faltam recursos para assegurar o atendimento. Esse é o aspecto central que vamos nos deter. Pensar em como ampliar as estruturas de atenção que atendem a mulher vítima de violência aqui na Bahia", salientou.



Fotos: Maíra do Amaral

A presidente da comissão afirmou ainda que, devido à complexidade das informações e a necessidade de percorrer outros estados do Brasil, a CPMI deve ser prorrogada por mais seis meses. "Deveríamos encerrar 19 de agosto, mas iremos prorrogar não só para concluir a escuta de várias entidades e instituições, como o caso do Ministério da Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, mas para chegarmos aos demais estados que possuem elevados índices de violência", informou.



Ouvidoria da Câmara

A ouvidora-geral da Câmara Municipal de Salvador, vereadora Olívia Santana (PCdoB), convidada pelas parlamentares para participar da comissão organizadora da investigação em Salvador, destacou a atuação do órgão no evento. "A Ouvidoria acompanhou as visitas da comissão e disponibilizou suas dependências para que mulheres vítimas de violência fossem ouvidas pela equipe técnica da CPMI, durante a realização da audiência. Assim, cumpre o seu papel político de estreitar a relação entre a população e os poderes públicos, visando garantir os direitos dos cidadãos", afirmou.



Olívia chamou a atenção para o estado em que se encontra a Vara Especializada de Violência Contra a Mulher em Salvador. "A unidade possui em torno de 12 mil processos e a equipe não dá conta de encaminhar todos. A delegacia especializada também precisa de melhorias na sua estrutura, uma equipe multidisciplinar. Se a rede de atendimento não funcionar de forma adequada e harmoniosa, não conseguiremos enfrentar o problema da violência contra mulher", finalizou.

Fazem parte da comissão as deputadas Jô Moraes (PCdoB-MG), Keiko Ota (PSB-SP) e Marina Sant´Anna (PT-GO), e as senadoras Ana Rita Esgário (PT-ES) e Lídice da Mata (PSB), representando a Bahia. Desde quinta-feira (12), as parlamentares reúnem-se na capital baiana com representantes de movimentos sociais, mulheres, gestores públicos, além de membros do Poder Judiciário, de órgãos como Ministério Público da Bahia, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados da Bahia (OAB-BA).